



DESENVOLVIMENTO  
E MEIO AMBIENTE

SISTEMA  
ELETRÔNICO  
DE REVISTAS  
SER | UFPR

www.ser.ufpr.br

## Unidade de Conservação e comunidade local: uma relação em construção

### *Protected Area and Local Community: a Relationship under Construction*

Elenice Almeida CARREGOSA<sup>1\*</sup>, Sandra Lúcia da Cunha e SILVA<sup>1</sup>, José Pedro KUNHAVALIK<sup>1</sup>

<sup>1</sup>Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais (PPGCA), Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), Itapetinga, BA, Brasil.

\* E-mail de contato: eleniceacarregosa@hotmail.com

Artigo recebido em 27 de março de 2015, versão final aceita em 2 de dezembro de 2015.

**RESUMO:** Diante da intensificação dos processos de degradação dos ecossistemas naturais e de suas consequências socioambientais e culturais, a criação e a manutenção de unidades de conservação vêm se constituindo como importantes estratégias para a proteção da biodiversidade. Vale ressaltar que a participação da sociedade na gestão dessas áreas tem sido considerada premissa fundamental para o sucesso dessa estratégia em longo prazo. Nesse contexto, o presente trabalho pretende analisar a trajetória da Floresta Nacional Contendas do Sincorá, tendo por objetivo compreender o processo histórico, social, político e jurídico de criação e gestão dessa Unidade de Conservação, com vistas a contribuir para a ampliação das reflexões sobre essa nova perspectiva na relação entre a unidade de conservação e a comunidade local. A análise documental, bem como as entrevistas, revelou que essa unidade de conservação foi criada por decreto presidencial, não havendo, inicialmente, participação da comunidade nesse processo. Todavia, a partir da criação do seu Conselho Consultivo em 2005 e do processo de construção do Plano de Manejo, aprovado em 2006, o diálogo com as comunidades locais foi iniciado. Dessa forma, foi possível identificar avanços no que diz respeito ao empoderamento da comunidade e, por conseguinte, ao uso sustentável dos recursos naturais no entorno da Floresta Nacional (FLONA).

*Palavras-chave:* Unidade de Conservação; gestão comunitária; participação social.

**ABSTRACT:** Faced with intensifying degradation of natural ecosystems and the resulting social, environmental, and cultural consequences, the creation and maintenance of protected areas has become an important long-term strategy for the protection of biodiversity. The participation of society in the management of these areas is considered a fundamental premise for the success of these areas. In this context, this study analyzes the direction of Contendas do Sincorá National Forest, in an effort to understand the historical, social, political, and legal processes regarding the creation and management of this protected area. Ultimately, this study aims at contributing to the promotion of thoughts about this new view on the relationship between protected areas and local communities. Documental analysis and interviews revealed that this protected area was created by a presidential decree, which initially did not involve participation of the community. However, with the creation of its advisory council in 2005 and the development of a management plan, approved in 2006, dialogue with local communities began.

---

Thus, it was possible to identify progress with regard to community empowerment and, consequently, the sustainable use of natural resources surrounding the Brazilian National Forest (FLONA).

*Keywords:* protected area; community-based management; social participation.

## 1. Introdução

Diante da crise ambiental e sociocultural vivenciada pela sociedade contemporânea e agravada pelo processo de globalização que não prioriza o ser humano, mas, ao contrário, coloca todas as instâncias sociais a serviço do capital (Santos, 2001), têm surgido significativos movimentos e organizações sociais de resistência a esse modelo de civilização, instituído pela modernidade ocidental, e de resgate das prioridades humanas, dentre estes o movimento ambientalista.

O ambientalismo, em sua fase inicial, focava as questões locais, mais imediatas e pessoais, como a poluição e a perda de florestas. Posteriormente, ganhou força se aliando a outros movimentos sociais, culminando, na década de 60 do século XX, com uma verdadeira transformação na forma de conceber a questão ambiental. De uma visão protecionista e conservacionista, centrada na gestão racional dos recursos naturais e no ambiente não humano, o novo ambientalismo é marcado por um discurso de crise e medo em relação ao futuro da humanidade, avançando para uma crítica ideológica e politizada em relação ao paradigma socioeconômico adotado (McCormick, 1992).

Nas décadas posteriores, houve avanços nos esforços de definir uma agenda global, bem como os mecanismos e as instituições que deveriam compor uma nova ordem internacional legitimamente aceita por todos e coordenada pelas Nações Unidas (Camargo, 2008). Os novos rumos na área ambiental foram, então, traçados por três conferências internacionais: a de Estocolmo, em 1972; a do Rio de Janeiro, em 1992; e a de Johannesburg, em 2002. A nova pauta foi consolidada pela Agenda 21, na Conferência do Rio, a qual adotou o conceito de desenvolvimento sustentável da Comissão Brundtland (Brundtland, 1987). Outro importante documento aprovado, juntamente com a Agenda 21, foi a Convenção sobre a Diversidade Biológica.

Embora já seja possível perceber, pela análise do processo histórico, a existência de limitações nas

tentativas de tradução do conceito de desenvolvimento sustentável em ações práticas coerentes, para Ribeiro (2002) e Jacobi (2003), dentre outros autores, a adoção desse conceito na Agenda 21 global, bem como a criação da Comissão para o Desenvolvimento Sustentável, representou um avanço, na medida em que estimulou o debate sobre a sustentabilidade e tem levado setores da sociedade a buscar caminhos que possam contribuir para a construção de relações mais harmônicas entre o homem e a natureza, bem como de modos de vida mais igualitários.

A Convenção sobre a Diversidade Biológica (CDB) também tem como pressuposto essencial a compatibilização entre a proteção dos recursos biológicos e o desenvolvimento econômico e social. Assim, visando ao cumprimento dos compromissos assumidos junto à convenção, o governo brasileiro criou, em 1994, o Programa Nacional da Diversidade Biológica (PRONABIO), instituiu, em 2000, o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), em 2002, a Política Nacional da Biodiversidade (PNB) (Brasil, 2002) e em 2003 criou a Comissão Nacional da Biodiversidade (CONABIO). Esta Comissão é composta por representantes de órgãos governamentais e organizações da sociedade civil e tem como objetivo, dentre outros, identificar e propor áreas e ações prioritárias para a pesquisa, a conservação e o uso sustentável dos componentes da biodiversidade (Brasil, 2003).

Nesse contexto, a Lei 9.985/2000, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), formalizou o desenvolvimento sustentável como solução para a resolução de “problemas” causados pela ocupação humana em Unidades de Conservação (UCs) (Teixeira, 2005). O SNUC define essas áreas como espaços territoriais e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituídas pelo Poder Público, com objetivos e limites definidos, sob regimes especiais de administração e com garantias de proteção (Brasil, 2000). Essa lei introduziu modificações importantes na política de

criação e gestão de UCs no país, contribuindo para a superação de equívocos cometidos no processo histórico de implantação dessas áreas, centrado na criação de unidades de caráter restritivo à ocupação humana. Essa prática ocorreu em detrimento de experiências que pudessem incluir as comunidades da área e do entorno em sua gestão e conservação, a partir do reconhecimento de sua identidade, da legitimação de seu saber e do investimento na melhoria de suas condições de vida.

Outra conquista importante foi a aprovação da Lei 11.516/2007, que criou o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, responsável pela execução das ações da política nacional das unidades de conservação, cabendo ao Instituto, dentre outras atribuições, executar as políticas de uso sustentável dos recursos naturais renováveis e de apoio ao extrativismo e às populações tradicionais nas unidades de conservação federais de uso sustentável (Brasil, 2007).

Nesse contexto, o presente trabalho buscou analisar a trajetória da Floresta Nacional Contendas do Sincorá, tendo por objetivo compreender o processo histórico, social, político e jurídico de criação e gestão dessa Unidade de Conservação, com vistas a contribuir para a ampliação das reflexões sobre essa nova perspectiva na relação entre UC e comunidade local.

Essa pesquisa foi desenvolvida entre os meses de junho de 2011 e novembro de 2012 e foram realizadas nove entrevistas<sup>1</sup> com membros da comunidade local que tiveram e/ou têm envolvimento com a Floresta Nacional (FLONA), além de todos os gestores (quatro) da Floresta Nacional Contendas do Sincorá. Os entrevistados da comunidade local foram selecionados por meio de uma amostragem não probabilística e por acessibilidade e tipicidade (Gil, 1999), procurando selecionar membros da comunidade que, através do conhecimento e de uma análise prévia sobre a comunidade de Contendas do Sincorá e sobre o tema em questão, pudessem ser considerados como representativos.

Além das entrevistas, foram realizadas observações *in loco*, por meio da participação em uma reunião do Conselho Gestor da FLONA, bem como em propriedades pertencentes a agricultores familiares que vivem

no entorno da UC. Estas experiências possibilitaram ao pesquisador aproximar-se da perspectiva dos sujeitos sobre a realidade vivenciada, apreendendo os sentidos que estes atribuem a essa realidade e as suas próprias ações (Ludke & André, 1986).

Foram realizadas, ainda, análises de documentos acerca da FLONA, tais como o Decreto de Criação da UC e do seu Conselho Consultivo, bem como a Portaria de Renovação desse Conselho e o Plano de Manejo da Unidade. As informações documentais proporcionaram a obtenção de detalhes que corroboraram as informações obtidas por meio das entrevistas, as quais, também, foram complementadas com a análise dos registros das observações *in loco*, possibilitando o alcance dos objetivos propostos.

## ***2. Implementação e gestão da Floresta Nacional Contendas do Sincorá: desafios e perspectivas***

A Floresta Nacional Contendas do Sincorá foi criada por decreto presidencial de 21 de setembro de 1999, no Município de Contendas do Sincorá, Bahia (Brasil, 1999), como unidade de conservação de uso sustentável. Este município encontra-se incluído no denominado “Polígono das Secas”, devido ao clima semiárido, com extensos períodos de estiagem. Além da sede do município, a unidade de conservação está localizada próxima de três povoados: o de Palmeiras e os povoados quilombolas de São Gonçalo e do Tucum. Existe, ainda, uma comunidade de agricultores familiares que vivem em área limítrofe da FLONA.

Essa área possui uma importância singular, visto que mantém em seus domínios exemplares da fauna e da flora da caatinga que estão ameaçados de extinção (Brasil, 2006). Contudo, além dos aspectos ambientais, deve-se considerar também a sua importância social, em virtude das comunidades tradicionais que vivem em seu entorno.

Sabe-se que a perda de paisagens tem consequências graves para a manutenção da biodiversidade da caatinga, em virtude de esta se consistir na única grande

<sup>1</sup> Todos os entrevistados assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

região natural do Brasil cujos limites estão inteiramente restritos ao território nacional, sendo o menos estudado e o mais ameaçado dos ecossistemas do país, com menos de 2% do seu território protegido em unidades de conservação (Leal *et al.*, 2003). Ademais, continua passando por um extenso processo de alteração e deterioração ambiental provocado pelo uso insustentável dos recursos naturais, o que está levando à rápida perda de espécies únicas, à eliminação de processos ecológicos chaves e à formação de extensos núcleos de desertificação em vários setores da região (Leal *et al.*, 2003).

Diante desse contexto, faz-se necessário o desenvolvimento de estratégias para que possa utilizar, para fins econômicos e de forma eficiente, as áreas de caatinga já alteradas, evitando, assim, pressões sobre áreas ainda pouco alteradas (Castelletti *et al.*, 2003). Isso pressupõe a transição para modelos e sistemas alternativos de uso da terra que considerem as culturas e ecossistemas locais num processo dialético e participativo, rumo à sustentabilidade (Salin *et al.*, 2012).

Vale ressaltar que a Floresta Nacional se enquadra dentro da categoria de unidades de conservação de uso sustentável que, de acordo com o art. 17 da Lei Federal nº 9.985, deverá ser “uma área com cobertura florestal de espécies predominantemente nativas”, tendo como objetivo básico “[...] o uso múltiplo sustentável dos recursos florestais e a pesquisa científica, com ênfase em métodos para exploração sustentável de florestas nativas” (Brasil, 2000). Assim, a Floresta Nacional Contendas do Sincorá, instituída legalmente em 1999, foi criada com o seguinte objetivo:

Promover o manejo de uso múltiplo e de forma sustentável dos recursos naturais renováveis, a manutenção e proteção dos recursos hídricos e da biodiversidade, a recuperação de áreas degradadas, a educação ambiental, a manutenção de amostras do fragmento do ecossistema caatinga e o apoio ao uso sustentável dos recursos naturais das áreas limítrofes (Brasil, 1999).

Contudo, seria inviável imaginar qualquer possibilidade de “desenvolvimento” sustentável nesse contexto, sem contar com a participação das comunidades que vivem no entorno da FLONA, que possuem os saberes sobre sua diversidade biológica e os recursos naturais e

culturais associados e que poderiam, portanto, contribuir para a construção de uma política de conservação da qual fossem também beneficiados.

Cabe lembrar que esse reconhecimento, em nível global, de que a gestão de áreas protegidas tem que ser realizada de forma sensível às necessidades e preocupações das populações locais, foi enfatizado na Declaração de Caracas, durante o Quarto Congresso Mundial de Parques, que ocorreu na cidade de Caracas, Venezuela, no ano de 1992 (IUCN, 2006). Mas, desde o Terceiro Congresso Mundial de Parques, realizado em 1982, em Bali, Indonésia, os participantes reconheceram que as populações das áreas protegidas e do seu entorno podem apoiar a gestão das áreas se sentirem que estão usufruindo dos benefícios provenientes da área, sendo compensados apropriadamente por qualquer perda de direitos e levados em conta/consideração nos planejamentos (IUCN, 2006).

Para Diegues (2003), o desafio atual não consiste em “desenvolver” a economia e a sociedade, mas em construir comunidades e sociedades sustentáveis. De acordo com este autor, o conceito de construção de sociedades e comunidades sustentáveis é mais adequado que o de “desenvolvimento sustentável”, na medida em que possibilita a cada uma delas definir seus padrões de produção e consumo, bem como o de bem-estar a partir de sua cultura, de seu desenvolvimento histórico e de seu ambiente natural. Além disso, deixa-se de lado o padrão das sociedades industrializadas, enfatizando-se a possibilidade da existência de uma diversidade de sociedades sustentáveis, desde que pautadas pelos princípios básicos da sustentabilidade ecológica, econômica, política, social e cultural (Diegues, 2003).

No que tange à Floresta Nacional Contendas do Sincorá, a área que atualmente constitui a FLONA é fruto da integração de duas antigas Fazendas: Extrema e Lapinha, cuja principal atividade econômica consistia na pecuária bovina, mas a agricultura de subsistência também era praticada. Essas atividades eram realizadas por inúmeros trabalhadores rurais que residiam nas fazendas na ocasião. Posteriormente, por volta de 1980/81, a empresa privada Magnesita S.A. comprou a área, com o objetivo de extrair carvão e, nesse contexto, os antigos trabalhadores rurais tiveram que deixar a propriedade.

Nesse caso, é possível perceber a interdependência entre os problemas ambientais e socioculturais. Com relação à exploração dos recursos naturais, o desmatamento para a produção do carvão provocou efeitos degradantes ao ambiente. Além de promover a extinção de espécies vegetais, as pessoas abandonaram a área e migraram para as cidades. Com isso, ocorreu também “a morte da cultura, pois o campo se tornou um deserto do ponto de vista populacional e cultural” (Duque *et al.*, 2012, p. 112). Assim, nas palavras de Vinícius Garcia Mattei, terceiro chefe da Floresta Nacional Contendas do Sincorá,

*os habitantes locais foram afastados de seu cotidiano de convivência com a caatinga de onde extraíam ervas e essências utilizadas para seus tratamentos, gerando um amplo conhecimento acerca do potencial de sua biodiversidade; praticavam a caça para a subsistência e a coleta de frutos nativos, muitos até hoje desconhecidos da agricultura e até mesmo da ciência; utilizavam a energia extraída da lenha, porém de forma moderada, dentre outros processos que revelam essa relação de interação e interdependência homem-natureza, rompida com a expulsão dos sertanejos de seu habitat.*

Em 1990, o Plano de Manejo de exploração de carvão, proposto pela empresa Magnesita, foi aprovado pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), sendo dadas as primeiras autorizações para a supressão de vegetação e obtenção de carvão. Em 1994, a Magnesita vendeu a propriedade para a Siderúrgica Itaminas S.A., que manteve o projeto de exploração de carvão, com o mesmo Plano de Manejo anteriormente aprovado para a Magnesita. Esta empresa manteve a exploração da área até 1997, data das últimas autorizações concedidas pelo IBAMA.

No ano de 1996, a bióloga Marluce Vieira Campos foi nomeada Chefe do Escritório Regional do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), do município de Vitória da Conquista/Bahia, cuja jurisdição englobava 64 municípios, dentre estes Contendas do Sincorá. Ao assumir a chefia do IBAMA e constatar, *in loco*, o estágio de degradação desse ecossistema, a bióloga investiu todos os seus esforços na criação de uma Unidade de Conservação na Caa-

tinga. Assim, com intermédio do então superintendente do IBAMA na Bahia, o veterinário Sr. José Guilherme da Mota, obteve junto a este órgão em Brasília a autorização necessária para a criação da FLONA. A partir daí, passou a investigar possíveis áreas que reunissem as condições necessárias, de acordo com as exigências legais.

Nesse contexto, por volta de 1997, a Siderúrgica Itaminas S.A. entrou com uma solicitação junto ao IBAMA, propondo a troca da propriedade por Créditos de Reposição Florestal, em consonância com a Instrução Normativa nº 1, de 5 de setembro de 1996 que, em seu art.2º, inciso III, prevê este procedimento, ou seja, “compensação, através de alienação ao patrimônio público de área técnica e cientificamente considerada de relevante interesse ecológico, e conforme normas específicas a serem baixadas pelo IBAMA” (Brasil, 2006, p.24).

Assim, por conhecer a área, em virtude das visitas periódicas que realizava nos municípios sob sua jurisdição, e considerar que apresentava um relativo estado de conservação em relação ao seu entorno, o então chefe do IBAMA, Marluce Vieira Campos, emitiu parecer favorável à solicitação da Usina Siderúrgica Itaminas S.A., processo 02001.003326/97-047, de 13/08/1997, do Departamento de Recursos Florestais (DEREF), da Diretoria dos Recursos Naturais Renováveis (DIREN) e do IBAMA, sugerindo a importância da área para preservação. A partir deste parecer, baseado em estudos técnicos de valoração da área, foi lavrada a escritura pública de transmissão da área para o IBAMA, no dia 29 de março de 1999, no cartório de registro de imóveis de Ituaçu/BA.

Com relação à participação da comunidade local no processo de criação dessa unidade de conservação, de acordo com os dados obtidos, pode-se perceber que ela foi criada sem que a comunidade fosse consultada. Segundo Vinícius Mattei, ex-chefe da Unidade, os antigos trabalhadores rurais que viviam na área que atualmente constitui a FLONA foram afastados de seu cotidiano de convivência com a caatinga desde a sua expulsão das fazendas Extrema e Lapinha, conforme já mencionado. Para ele, não houve o envolvimento da comunidade local com o ecossistema a ser conservado nos anos iniciais de criação da Floresta Nacional (FLONA).

Vale salientar que, na contemporaneidade, uma crescente parcela da comunidade conservacionista, aca-

dêmica e científica reconhece a relação existente entre a manutenção da diversidade biológica e a diversidade cultural. Esse reconhecimento quanto à importância de se estender os benefícios das áreas protegidas às populações locais foi percebido nos agentes sociais envolvidos no processo de implementação e gestão da FLONA de Contendas do Sincorá. Mas, ainda persiste a necessidade de convergência de esforços multilaterais visando à construção de alternativas sustentáveis, considerando a comunidade local como parte integrante desse processo.

### ***3. A Floresta Nacional Contendas do Sincorá e a governança local: uma experiência em gestão***

Embora inicialmente a comunidade local não tenha sido consultada a respeito da criação da FLONA, todos os esforços foram empreendidos posteriormente no sentido de incluir os historicamente excluídos no processo de conservação e gestão dos recursos naturais, o que, na concepção de Vinícius Garcia Mattei, terceiro chefe da FLONA, e de Marluce Vieira Campos, que lutou pela criação dessa unidade de conservação, constitui premissa fundamental para o sucesso dessa estratégia em longo prazo.

Nesse contexto, segundo Vinícius Garcia Mattei, logo que assumiu a gestão da Unidade em 2003, empreendeu todos os seus esforços no sentido de iniciar o diálogo com a comunidade que vivia no entorno da UC e demais interessados sobre a necessidade de criação de um Conselho Consultivo para a gestão da FLONA.

Os conselhos gestores de unidades de conservação são órgãos colegiados de caráter consultivo e/ou deliberativo que, segundo o documento “Gestão Participativa” do SNUC, devem ser entendidos como espaços legalmente instituídos para o exercício da cidadania e do controle social da gestão do patrimônio público, por meio de discussão, avaliação e proposição de ações e políticas que visem ao aprimoramento da administração das unidades de conservação e sua integração regional (Brasil, 2004).

Compete a estes conselhos, dentre outras atribuições, acompanhar a elaboração, a implementação e a revisão do Plano de Manejo da unidade de conservação,

esforçar-se para compatibilizar os interesses dos diversos segmentos sociais relacionados com a unidade, propor diretrizes e ações para compatibilizar, integrar e otimizar a relação com a população do entorno ou do interior da unidade (Brasil, 2000).

Dessa forma, teve início o processo de criação do Conselho Consultivo da FLONA, composto por representantes dos órgãos governamentais e dos diversos segmentos da sociedade civil organizada, contando com a colaboração das professoras da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Raquel Pérez Maluf e Maria Lúcia Del Grande, as quais participaram das reuniões que antecederam a criação desse Conselho, bem como de todo o processo de sua criação.

De acordo com a professora Raquel Pérez Maluf, as primeiras reuniões realizadas antes da implantação do Conselho, cujo objetivo era identificar os possíveis interessados em sua composição, foram muito conflituosas, as pessoas questionavam a relevância da Unidade para a comunidade, demonstravam não perceber tal importância. No entanto, Raquel Pérez Maluf destaca que:

*A postura dialógica e de escuta assumida pelo gestor da Unidade de Conservação foi imprescindível para assegurar a participação da comunidade, dos gestores, das associações locais no processo de implantação e implementação do Conselho Consultivo e, posteriormente, na construção coletiva do Plano de Manejo.*

Essa postura dialógica do Sr. Vinicius Garcia Mattei, chefe da UC na época, possibilitou uma aproximação inicial com o Sr. Antonio Correia Freire, morador daquelas terras desde o período de infância, tornando-se, a partir de 2001, trabalhador da FLONA. Esse senhor é considerado por Vinícius Mattei como “*uma figura chave, a pérola da FLONA, pois, além de saber tudo sobre a unidade, ama o lugar*”, constituindo-se em um agente imprescindível na gestão e na manutenção da área. Para Vinícius Mattei, o diálogo constante com Tonho, como é chamado por todos, permitiu que comprovasse, na prática, a inviabilidade de qualquer projeto eficaz de conservação ambiental sem a contribuição do conhecimento que as comunidades locais possuem sobre os processos naturais e as práticas de manejo adaptadas aos biomas em que vivem.

A contribuição de Tonho como interlocutor inicial entre Vinícius e a comunidade local foi imprescindível para que se pudesse avançar no processo de implantação do conselho gestor da FLONA.

Nesse contexto, foi feito contato com o Sr. Arisvaldo Silva Brito, representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Contendas do Sincorá. O Sr. Arisvaldo relata ter sido procurado pessoalmente pelo Sr. Vinícius Mattei para ajudá-lo na criação do Conselho. O Sr. Arisvaldo Brito relembra que Vinícius Mattei lamentou as dificuldades encontradas em aproximar-se dos “supostos” interessados. Que, ao apresentar-se como representante da FLONA, as pessoas se afastavam, demonstrando desinteresse pela gestão da área. Sensibilizado, o Sr. Arisvaldo Brito afirma ter passado a acompanhá-lo durante as visitas aos demais representantes de sindicatos, associações, organizações governamentais e não governamentais, ressaltando a necessidade de criação do conselho e da participação destes sujeitos na gestão da Unidade, e relembra:

*Quando decidimos fazer a fundação desse conselho, só quem vinha era eu, Vinícius e mais uma ou duas pessoas e não vinha mais ninguém. Ai eu pensava: como é que vamos fazer esse conselho se não aparece ninguém? Se todo mundo corre com medo? Naquele tempo todo mundo tinha medo do IBAMA. Foi muito difícil, muito mesmo, mas nós conseguimos e tá aí o Conselho, todo mundo gostando, e nós temos o sindicato para participar e ajudar aí no que for possível, no que couber.*

Segundo Vinícius Mattei, ex-chefe da Unidade, essa realidade decorre da posição “preservacionista” historicamente assumida pelo IBAMA. Isso reflete a cultura política da qual a instituição é herdeira, marcada pelo ambientalismo preservacionista e pela determinação de políticas de proteção de caráter restritivo à ocupação humana, conforme discutido por autores como Arruda (1999), Viana (1999), Diegues (2003), Loureiro (2008), dentre outros.

Nesse contexto, a Lei 9.985/2000, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), representa um avanço, pois dispõe, entre suas diretrizes (Artigo 5º), que deve ser assegurada a participação efe-

tiva das populações locais na criação, na implantação e na gestão de unidades de conservação (inciso III).

No ano de 2005, foi criado o Conselho Consultivo da Floresta Nacional Contendas do Sincorá/BA, por meio da Portaria IBAMA nº 46 de 11/07/2005, com a finalidade, em seu Art. 1º, de:

[...] contribuir com as ações voltadas ao planejamento e desenvolvimento desta Unidade de Conservação, principalmente no que concerne à implantação e implementação do seu Plano de Manejo e ao cumprimento dos seus objetivos de criação (Brasil, 2005).

Segundo a professora Raquel Pérez Maluf, membro do Conselho Consultivo, representando a Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, desde a constituição desse Conselho houve uma grande preocupação, por parte dos conselheiros, no sentido de manter a paridade entre organizações governamentais e não governamentais. Assim, após um longo período de debates e reflexões sobre a melhor maneira de conduzir o processo, foi formado um grupo heterogêneo, constituído por representantes dos diversos segmentos sociais organizados.

Ressalta, porém, que inicialmente muitas entidades/instituições governamentais e não governamentais se propuseram a participar, mas algumas não se fizeram presentes no decorrer do percurso e foram descredenciadas, ficando apenas as que são efetivamente comprometidas com as questões socioambientais. Nesse sentido, é possível identificar na Portaria nº 83, de 14.10.2011, que renova o Conselho Consultivo da FLONA, a ausência de algumas destas organizações e/ou instituições.

Conforme ressaltado por Loureiro (2008), o essencial para o bom funcionamento dos conselhos não é tanto a sua classificação em consultivo ou deliberativo, mas o *status* de legitimidade e representatividade que alcança em função de seu processo de constituição e atuação, no sentido de ser realmente mobilizador, sério e democrático, resultando em efetivo poder de intervenção em políticas e ações sociais. Diante do exposto, é possível perceber que, apesar das dificuldades iniciais, foram estes os pressupostos que marcaram a constituição do Conselho Consultivo da FLONA de Contendas do Sincorá e suas ações iniciais.

---

A partir de 2005, o grupo de conselheiros impulsionou a construção coletiva do Plano de Manejo da Unidade, processo em que a UESB também manteve participação ativa. A professora e pesquisadora Raquel Pérez Maluf afirma que:

*As reuniões para a construção do Plano de Manejo foram itinerantes, o que foi possível graças à capacidade de articulação de Vinícius Mattei. Duas destas reuniões foram realizadas no campus da UESB, de Vitória da Conquista, com a participação da comunidade do município de Contendas do Sincorá e demais representantes das organizações governamentais e não governamentais.*

Segundo o gestor da Unidade na época, Vinícius Mattei, um dos primeiros desafios enfrentados para a construção do Plano de Manejo foi a falta de recursos financeiros, visto que para a elaboração do Plano de Manejo era necessário fazer o inventário da fauna e flora da área, mas o mesmo custaria, caso fosse contratada uma empresa, aproximadamente R\$ 100.000,00, na época, montante considerado significativo para o contexto.

Contudo, de acordo com Vinícius Mattei, a superação de tal dificuldade só foi possível graças à parceria instituída entre a Floresta Nacional Contendas do Sincorá e a Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB).

Essa interação entre UC e centros de pesquisa está prevista no artigo 32 da Lei do SNUC, que preconiza que os órgãos executores articular-se-ão com a comunidade científica com o propósito de incentivar o desenvolvimento de pesquisa sobre a fauna, a flora e a ecologia das unidades de conservação e sobre formas de uso sustentável dos recursos naturais, valorizando-se o conhecimento das populações tradicionais (Brasil, 2000). Esses novos experimentos na prática da “governança interativa” (Frey, 2004) se consolidam, então, como experiências capazes de imprimir mudanças na administração pública e na gestão de políticas públicas em UC. Essa nova dimensão da governança, denominada por Gohn (2007, p. 40) de governança local,

se refere a um sistema de governo em que a inclusão de novos atores sociais é fundamental, por meio do envolvimento de um conjunto de organizações, públicas

(estatais e não estatais) e privadas. Ou seja, trata-se de um sistema que poderá envolver, entre outras, as ONGs, os movimentos sociais, o terceiro setor de uma forma geral, assim como entidades privadas e órgãos públicos estatais. A governança local diz respeito ao universo das parcerias, à gestão compartilhada entre diferentes agentes, tanto da sociedade civil como da sociedade política.

Assim, ainda em 2005, foi celebrado um Termo de Cooperação Técnica entre o IBAMA e a UESB, visando aproximar, ainda mais, suas atividades (Brasil, 2006), embora essa parceria, na prática, tenha se iniciado em 2002.

Em 21 de outubro de 2005, no Campus da UESB, de Vitória da Conquista, foi realizada uma reunião com os professores-pesquisadores da UESB, com a participação dos professores Raquel Pérez Maluf, Maria Lúcia Del Grande, Michele Martins Corrêa, Raymundo de Sá Neto e Carlos André Espolador Leitão, responsáveis pela Avaliação Ecológica Rápida da Unidade. Participaram também representantes de outros órgãos públicos e de membros da comunidade do Povoado de Palmeiras, dos municípios de Contenda do Sincorá e Tanhaçu. Iniciava-se, portanto, um diálogo entre os conhecimentos produzidos pelos pesquisadores e os saberes da comunidade da região de Contendas do Sincorá. Na oportunidade, os pesquisadores apresentaram os resultados da pesquisa de Avaliação Ecológica Rápida realizada na FLONA e a comunidade apresentou informações adicionais, consideradas relevantes para a caracterização da área.

Vale ressaltar que, antes desta reunião, muitas outras foram realizadas pelo Conselho Consultivo, com vistas a consolidar a construção coletiva do Plano de Manejo da FLONA, a exemplo da jornada preparatória para elaboração do Plano de Manejo, realizada em 23 de setembro de 2004, na cidade de Tanhaçu, cujo objetivo era envolver as comunidades do entorno e setores da sociedade civil no processo de elaboração desse Plano.

Outra reunião, anterior à realizada em 21 de outubro de 2005, no Campus da UESB, ocorreu na sede da FLONA em 12 de maio de 2005. Essa reunião, na verdade, foi um Seminário de Planejamento para elaboração do Plano de Manejo, que, além de reafirmar a importância desse documento para a gestão da Unidade, definiu a equipe responsável pelo acompanhamento dos

---

trabalhos. Em 7 de outubro de 2005, em Contendas do Sincorá, foi realizada outra reunião, com a participação da comunidade local, com o objetivo de iniciar o levantamento de dados históricos e socioculturais do município (Brasil, 2006).

Em 11 de novembro de 2005, no município de Tanhaçu, foi apresentada à comunidade a proposta de zoneamento da FLONA e os Programas a serem contemplados do Plano de Manejo, de acordo com reuniões anteriores do Conselho Consultivo e contatos com os participantes. Em 18 de novembro do mesmo ano, em reunião com a Associação Arte-Natureza e apicultores de Tanhaçu, foram definidos os Programas de Meliponicultura e Artesanato para o Plano de Manejo (Brasil, 2006).

Ao final do processo, todos os dados provenientes dos saberes das comunidades locais, levantados durante as reuniões, somados ao conhecimento produzido pela UESB, bem como as informações selecionadas a partir de análise de documentos referentes à área da Floresta, foram sistematizados e apresentados à equipe técnica da Coordenação Geral de Florestas Nacionais (CGFLO) – IBAMA, em Brasília, por Vinícius Mattei, então chefe da FLONA, o qual contou, então, com a colaboração da equipe técnica da CGFLO para a elaboração da redação final do Plano de Manejo. Na oportunidade, foram elaborados também os mapas temáticos necessários à complementação do trabalho, juntamente com a equipe de geoprocessamento da CGFLO (Brasil, 2006).

Essa experiência mostra que os Conselhos Gestores de Políticas Públicas representam a possibilidade de reordenação das políticas públicas brasileiras na direção de formas de governança democrática, conforme defendido por Gohn (2007). A participação da sociedade nesses espaços não é para substituir o Estado, mas para lutar para que este cumpra seu dever, propiciando a implementação de políticas públicas de qualidade, e para todos (Gohn, 2004). “Essa participação deve ser ativa e considerar a experiência de cada cidadão que nela se insere e não tratá-los como corpos amorfos a serem enquadrados em estruturas prévias, num modelo pragmatista” (Gohn, 2004, p. 24).

Em seu retorno a Contendas do Sincorá, em janeiro de 2006, Vinícius Mattei apresentou a versão final do Plano de Manejo ao Conselho Consultivo da FLONA. Após análise e aprovação do Conselho, o Plano de Manejo foi

anexado ao processo e encaminhado para a Superintendência Estadual (SUPES) – Salvador e reenviado para a CGFLO – Brasília, para ser analisado e aprovado em última instância, o que acabou ocorrendo no mesmo ano, por meio da Portaria nº 94, de 4 de dezembro de 2006.

Porém, em 2008, Vinícius Mattei deixou a Gestão da FLONA para atuar na Unidade de Conservação de Lorena, em São Paulo, não sendo possível implementar as ações propostas no Plano de Manejo, ficando sob a responsabilidade da quarta gestora da unidade de conservação, a Sra. Rosa Lia Gondim de Castro, que, ao assumir a chefia, transfere o escritório da Floresta Nacional Contendas do Sincorá, que funcionava na sede do IBAMA em Vitória da Conquista, para o município de Contendas do Sincorá.

A atual chefe da FLONA, Rosa Lia Gondim de Castro, afirma não ter encontrado dificuldades em dialogar com as comunidades locais quando iniciou sua gestão, embora, inicialmente, tenha percebido certo receio, desconfiança da comunidade em relação à instituição IBAMA, à qual era atribuída a propriedade da área. Posteriormente, isso foi sendo superado e, atualmente, todos têm conhecimento da existência da Unidade e de sua importância para a conservação da biodiversidade. A mesma ressalta que “*não apenas a comunidade de Contendas do Sincorá, mas também de Tanhaçu, Ituaçu e Povoados próximos, todos conhecem e compartilham com a gestão da unidade*”.

Para a pesquisadora e professora Raquel Pérez Maluf, o diálogo estabelecido, inicialmente por Vinícius Mattei e, posteriormente, por Rosa Lia Gondim de Castro, possibilitou essa mudança na percepção da comunidade em relação à FLONA. Todavia, Raquel assinala que, de certa forma:

*A Unidade de Conservação de Contendas do Sincorá sempre foi privilegiada no que diz respeito ao comprometimento de seus chefes, todos aqueles com os quais tive a oportunidade de conviver, vestiram e vestem efetivamente a ‘camisa da FLONA’, buscando sua integração com a comunidade, visando à melhoria da qualidade de vida dessa comunidade.*

Assim, segundo a professora Raquel Pérez Maluf, as escolas passaram a perceber que a Unidade poderia se

constituir em uma importante ferramenta de educação ambiental e começaram a promover aulas de campo nesse espaço. Outro fator extremamente relevante para que a Floresta Nacional Contendas do Sincorá e o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBIO) fossem aceitos dentro da comunidade foi essa transferência do escritório de Vitória da Conquista para Contendas do Sincorá, afirma Raquel Pérez Maluf.

Vale ressaltar que quando Rosa Lia Gondim de Castro assumiu a gestão da Unidade já havia um Conselho Consultivo constituído e um Plano de Manejo aprovado. Mas, conforme citado pela chefe, o Conselho não se reunia e, assim, buscou promover a sua reestruturação. Afirma que a partir daí o conselho tornou-se atuante, reunindo-se ordinariamente quatro vezes por ano e, extraordinariamente, quando necessário, constituindo-se num instrumento imprescindível para a gestão da unidade. Afirma ainda ter buscado ampliar a participação da sociedade, por meio do ingresso de novas instituições, associações, entidades e demais segmentos sociais organizados, passando a contar, também, com a participação de empresas privadas.

De acordo com Rosa Lia Gondim de Castro, “*o desafio do servidor público consiste em saber dialogar com a comunidade. Quando esse diálogo ocorre, com certeza encontram-se aliados*”. Mas, para ela, “*é preciso sair daquele paradigma de que o importante são as plantas e os animais, e o ser humano fica excluído porque é o destruidor*”, afirmando que “*existem questões a serem consideradas, a questão social, a questão dos valores, dos princípios e quando se assume uma unidade deve-se estar aberto a estes aspectos*”.

Assim, pois, na concepção da então chefe, embora a criação da Floresta Nacional Contendas do Sincorá não tenha sido fruto de demandas das comunidades locais, a perspectiva desses sujeitos vem sendo gradativamente incorporada ao processo de gestão da área, o que tem possibilitado que os objetivos de criação dessa categoria de Unidade sejam alcançados. Nas palavras de Rosa Lia Gondim de Castro:

*[...] os objetivos de criação da FLONA têm sido alcançados, visto que, o uso múltiplo sustentável dos recursos naturais vem se consolidando na Zona de Amortecimento, em consonância com os propósitos de criação dessa*

*categoria de manejo, os quais estão voltados tanto para o interior como para os limitrofes da área.*

Como exemplo das experiências que vêm sendo desenvolvidas no entorno da UC, a chefe cita a aprovação de projetos junto ao ICMBIO, ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e o Projeto Mata Branca, os quais têm beneficiado as comunidades locais, propiciando a qualificação para a realização de trabalhos com o uso dos recursos naturais de forma sustentável.

O desenvolvimento de todas essas ações, segundo a atual chefe da unidade, foi possível graças ao diálogo estabelecido com as comunidades, enfatizando que só é possível preservar, conservar os recursos naturais, a partir do momento em que os moradores locais são envolvidos. Para isso, considera necessário trabalhar “*a questão do pertencimento, mostrar que eles são os verdadeiros donos desses recursos e que os chefes são passageiros*”. E ressalta:

*Às vezes as pessoas não participam da conservação porque não conhecem e julgam as instituições ou aqueles que estão nos cargos como agentes de fiscalização e não como pessoas de diálogo, porque o servidor público se mantém distante da sociedade.*

Nessa mesma perspectiva, Viana (1999) enfatiza a necessidade de se buscar reverter o distanciamento do homem em relação à natureza, pois, em sua concepção, ao se envolver as sociedades com os ecossistemas locais, são fortalecidos os vínculos econômicos, sociais, espirituais, culturais e ecológicos. Criam-se condições favoráveis para uma lógica diferente daquela que hoje predomina e que tem produzido o aumento da miséria e da degradação ambiental. O envolvimento sustentável deve criar condições favoráveis para um manejo mais cuidadoso, feito por indivíduos que vivem, convivem, apreciam e conhecem as sutilezas dos ecossistemas naturais.

Diante do exposto, é possível constatar que a “governança local” (Gohn, 2007) empreendida pelos referidos atores sociais tem contribuído para o empoderamento da comunidade local, impulsionando estes sujeitos no sentido de seu crescimento, autonomia,

---

melhora gradual e progressiva de suas vidas, material e como seres humanos dotados de uma visão crítica da realidade socioambiental (Gohn, 2004).

Nesse sentido, a professora Raquel Pérez Maluf considera que a grande contribuição da Floresta Nacional Contendas do Sincorá tem sido estimular as comunidades a utilizar os recursos do entorno de que dispõem, de forma sustentável. Com relação ao fato de ser uma Unidade de uso sustentável, ressalta que existem poucas ações de exploração de seus recursos naturais e que, embora tenham sido criados alguns grupos de pessoas interessadas em utilizar sementes e palha do coco licuri para a realização do artesanato, isso só vem acontecendo nas áreas do entorno e não no interior da FLONA. Da mesma forma, afirma que o projeto de incentivo à meliponicultura “*consiste em fazer a divisão das colmeias presentes no entorno, capturando essas abelhas, colocando em caixas e distribuindo para as comunidades*”, mas isso não inclui a retirada de abelhas da Unidade, o que, em sua concepção, seria insustentável no longo prazo.

Como fruto desse trabalho, segundo a pesquisadora, a FLONA não sofreu, até o momento, nenhum grande impacto, o que vem sendo possível graças à ausência de demanda da comunidade pela implantação de projetos supostamente sustentáveis, que legalmente seriam permitidos, mas que poderiam gerar maiores impactos aos seus recursos. Na concepção da professora Raquel Pérez Maluf, isso demonstra a maturidade e o cuidado da comunidade com a Unidade. E destaca:

*Que considera extremamente relevante o fato de a Unidade ter poucas espécies introduzidas, mesmo tendo ocorrido o corte de madeira e a construção dos fornos para a produção de carvão, não houve muita alteração da paisagem natural. A área que a gente trabalha é uma área com características de caatinga pioneira mesmo, não é fruto de um manejo, de uma plantação, não foram trazidas mudas de plantas exóticas. Então é uma área de uma preservação natural muito interessante.*

Nesse sentido, ressalta o importante papel do Conselho Consultivo, a quem cabe analisar as solicitações de utilização dos recursos da floresta, avaliando os possíveis impactos causados. Ressalta, especialmente, o papel que compete à UESB, que, além de participar do conselho,

pertence ao grupo de pesquisa e de avaliação das solicitações para implantação de projetos na área, tendo, portanto, a responsabilidade de emitir parecer sobre a autorização/ou não para a execução desses projetos. Esse credenciamento da instituição está em consonância com o Art. 32, parágrafo 3º da Lei do SNUC, o qual assegura que “os órgãos competentes podem transferir para as instituições de pesquisa nacionais, mediante acordo, a atribuição de aprovar a realização de pesquisas científicas e de credenciar pesquisadores para trabalharem nas Unidades de Conservação”.

Dessa forma, um pressuposto do Plano de Manejo da FLONA que vem sendo significativamente consolidado diz respeito às pesquisas. Na concepção da professora Raquel Pérez Maluf, o ponto forte das ações em curso desde a construção do Plano de Manejo consiste na produção de conhecimento científico e sua tradução em políticas públicas com efeitos positivos sobre a biodiversidade e os recursos naturais da área.

Contudo, ainda existem desafios a serem superados. De acordo com a professora Raquel Maluf, o maior desafio diz respeito à falta de recursos, de funcionários, de pessoal de “campo” e infraestrutura básica.

Nesse sentido, Medeiros & Young (2011) assinalam que, apesar do expressivo crescimento do Sistema Nacional de Unidades de Conservação, o Brasil enfrenta desafios para sua efetiva implantação. Ainda é grande o número de UCs em todas as esferas governamentais com inúmeras lacunas e fragilidades, em decorrência, dentre outros fatores, da insuficiência de recursos, visto que os recursos alocados não vêm acompanhando a expansão do sistema.

Mas, no que tange à falta de funcionários, concordamos com Medeiros & Young (2011), que afirmam que “a disponibilidade adequada de pessoal de ‘campo’ é fundamental para dar efetividade à gestão das UCs”. Para que a pesquisa e o ensino possam avançar na FLONA, faz-se necessária a contratação de funcionários, especialmente de um guia permanente, uma pessoa que fique responsável pelas trilhas, para conduzir os visitantes nas aulas de campo e visitas técnicas, além de acompanhar os pesquisadores nos processos de coleta, dentre outras atividades.

Nesse sentido, é importante refletir sobre a contratação das pessoas que irão desenvolver essas ações,

principalmente as que irão atuar como guias. Nesse aspecto, percebe-se em diversas falas o reconhecimento da competência do Sr. Antônio Correia Freire para atuar como mateiro da FLONA, devido ao vasto conhecimento que demonstra da região, tanto do ponto de vista da biodiversidade como cultural, além do seu “amor” inquestionável pela unidade de conservação.

Contudo, apesar do conhecimento peculiar que o Sr. Antônio Correia Freire dispõe sobre o bioma caatinga e sua gente, bem como de sua identidade com o local, até a presente data não foi contratado pelo IBAMA e/ou Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBIO). Vale ressaltar que, durante sua relação com a FLONA, manteve alguns contratos temporários de trabalho por meio de empresas privadas da região, como forma de compensação ambiental. Atualmente, encontra-se afastado da UC, não possuindo qualquer tipo de vínculo, ocasionando um grande sofrimento para esse senhor, bem exemplificado em uma de suas falas: “*Meu coração sangra, quando olho pra FLONA e vejo que agora preciso de autorização pra entrar nela*”. Na concepção de Vinícius Mattei, é improvável que ele seja contratado algum dia, o que considera uma injustiça social. Ressalta, porém, a necessidade de valorização desse cidadão, que poderia ser considerado como o “rei da FLONA” de Contendas do Sincorá, devido à relevância de seus saberes.

Cabe ressaltar que o Sr. Antônio Correia Freire não possui os pré-requisitos exigidos nos concursos públicos para essa área, pois, conforme afirma, “está tentando terminar o Ensino Fundamental I, já que a sua vida foi trabalhar desde cedo”. Diante disso, a professora Raquel Pérez Maluf faz uma reflexão:

*Esse conhecimento específico, essa habilidade que esse homem tem, não vai ser mensurada em um concurso público com os atuais critérios adotados. Ai você vai ter aquele sujeito que estudou tudo sobre espécies da caatinga e que vai passar no concurso, mas que não sabe nada sobre o conhecimento local. A valorização desse saber popular não consegue ser traduzida no momento de contratar um funcionário para atuar numa área tão específica como a caatinga. Então você acaba perdendo pessoas que seriam ótimas para atuar, exercendo esse tipo de atividade, e vão contratar outras pessoas que não terão o mesmo envolvimento com estas áreas.*

Essa reflexão da professora Raquel também é corroborada por outros professores e pesquisadores que atuam na FLONA, reconhecendo a importância de pessoas como o Sr. Antônio na Unidade, “*pessoas que fazem a integração entre o pesquisador e a Floresta*”.

É importante salientar que os gestores das unidades de conservação também são limitados pelos entraves administrativos. Para exemplificar, a professora Raquel Pérez Maluf enfatiza que mesmo com o ex-chefe, Vinícius Garcia Mattei, tendo empreendido todos os seus esforços no sentido de contratar o Sr. Antônio Correia Freire, esbarrou na burocracia estatal e, por isso, esse senhor continua sem vínculo empregatício com a FLONA.

Essa realidade é incompatível com o proposto na Lei 9.985/2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação, em seu Art. 32, o qual preconiza que os órgãos executores articular-se-ão com a comunidade científica com o propósito de incentivar o desenvolvimento de pesquisa sobre a fauna, a flora e a ecologia das unidades de conservação e sobre formas de uso sustentável dos recursos naturais, valorizando-se o conhecimento das populações tradicionais (SNUC, 2000). Assim, se as comunidades científica e acadêmica, bem como os gestores da FLONA, reconhecem que esse senhor é detentor de vasto conhecimento sobre a realidade local, faz-se necessária a união de esforços no sentido de viabilizar sua contratação.

Consideramos, pois, que a reversão do processo de exclusão social a que foi submetido o Sr. Antônio Correia Freire, conforme descrito, representaria um avanço no sentido de uma nova perspectiva na relação entre unidade de conservação e comunidade local, podendo se configurar como um importante exemplo de coerência entre o discurso e a prática no que tange ao reconhecimento da inter-relação entre conservação ambiental e justiça social.

Contudo, é necessário reconhecer que houve avanço no que diz respeito à integração com a zona de amortecimento, a partir da interlocução com a comunidade, culminando com sua qualificação para o uso sustentável dos recursos naturais, conforme já mencionado. Todavia, cabe registrar que as comunidades representadas no Conselho da FLONA são as que estão oficialmente organizadas, a exemplo das comunidades quilombolas, dentre outras. Vale ressaltar ainda o empoderamento

---

demonstrado pelos representantes destas comunidades nas reuniões do Conselho da FLONA, o que confirma as reflexões de autores como Gohn (2004; 2007), Frey (2004), Borba e Luchman (2010), Kritsch (2010), dentre outros, acerca da relevância desses espaços na prática da “democracia participativa” (Santos, 1999), onde os novos atores sociais desempenham atividades representativas, conforme apresentado por Carregosa *et al.* (2014).

Todavia, no que tange aos agricultores familiares que vivem em área limítrofe da FLONA, por não estarem organizados em cooperativa e/ou associação, não possuem nenhuma interlocução com a UC, não contando com qualquer espécie de incentivo e/ou apoio à implementação de práticas agroecológicas, nem assistência técnica e/ou extensão rural em atividades dessa natureza. Praticam a agricultura em propriedade pertencente à família, onde todos os descendentes vivem e trabalham, mantendo uma solidariedade que vem contribuindo para a manutenção da atividade e possibilitando a subsistência da família. Assim, considerando o disposto no Decreto nº 6.040/2007, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, essa comunidade poderia ser caracterizada como tradicional, tendo os seus direitos assegurados.

Vale ressaltar que, no ano de 2011, o Conselho Consultivo iniciou o processo de revisão do Plano de Manejo da FLONA, tendo em vista avaliar o que está sendo executado dentro das metas previstas, analisando as ações desenvolvidas e avaliando novas possibilidades, conforme ressaltado pela professora Raquel Pérez Maluf.

Em 2011, a Floresta Nacional Contendas do Sincorá teve seu Conselho Consultivo renovado por meio da Portaria ICMBIO nº 83, de 14/10/2011, conforme já mencionado. Mas, em virtude de outras instituições, associações e organizações governamentais e não governamentais manifestarem interesse em compor o Conselho da Unidade, um novo processo de reestruturação já está sendo gestado, o que aponta para a possibilidade de ampliação dos segmentos sociais representados nesse espaço de diálogo e, por conseguinte, na inclusão destes sujeitos na gestão desta área e na governança local.

Em reunião do Conselho Gestor da FLONA foi possível perceber a gestação de uma nova experiência na prática democrática. Todos os presentes participaram ativamente das discussões acerca das ações em curso no

entorno da Unidade, avaliaram os objetivos alcançados e fizeram encaminhamentos de possíveis estratégias para superar os obstáculos enfrentados. Discutiram ainda alguns problemas socioambientais enfrentados pela comunidade local, demonstrando conhecimento aprofundado e uma visão crítica da realidade analisada. Enfatizavam a importância da democracia participativa, da cidadania ativa para a superação dos desafios encontrados e assinalavam a necessidade de envolver os agentes políticos dos municípios vizinhos na busca dessas alternativas.

Por outro lado, a comunidade de agricultores familiares, que não participa do Conselho Gestor, embora tenha desenvolvido estratégias para a superação dos problemas enfrentados, não demonstrava ter consciência da importância da democracia participativa, ressaltando a decepção com os representantes eleitos que não atenderam aos anseios da comunidade, demonstrando valorizar apenas a democracia representativa.

Essa realidade mostra que, embora tenham ocorrido avanços na relação entre UC e comunidade local, foi possível constatar que os avanços alcançados na FLONA Contendas do Sincorá decorrem especialmente da implementação, nos últimos anos, de uma gestão compartilhada entre diferentes agentes, a exemplo de organizações não governamentais (ONGs), associações locais, sindicatos, instituições de pesquisa, dentre outros órgãos públicos estatais, conforme já mencionado.

No entanto, faz-se necessária a ampliação dessa interlocução, contemplando os demais residentes locais, a exemplo da comunidade envolvida com a agricultura familiar, possibilitando a todos o direito de negociar seus próprios interesses de modo que possam influenciar nas políticas públicas. Para tanto, urge a necessidade de processos emancipatórios de educação e comunicação, com vistas a contribuir para a construção da cidadania ativa, da democracia participativa, do controle social e, por conseguinte, da inclusão de todos na governança local.

#### 4. Considerações finais

As unidades de conservação (UCs) constituem importante instrumento de conservação *in situ* da diversidade biológica e cultural, pois, além da manutenção da integridade de espécies, populações e ecossistemas,

---

estas áreas contribuem para a manutenção de sistemas e meios tradicionais de sobrevivência de populações humanas, em seu interior e/ou no entorno.

No que tange à Floresta Nacional Contendas do Sincorá, pode-se verificar que no processo de sua criação não houve, inicialmente, a participação da comunidade local. Contudo, a partir da criação do seu Conselho Consultivo e do processo de construção do Plano de Manejo, o diálogo com as comunidades locais foi iniciado, sendo possível identificar, a partir de então, avanços no que

diz respeito ao empoderamento da comunidade e, por conseguinte, ao uso sustentável dos recursos naturais no entorno da FLONA.

Tais avanços decorrem especialmente da construção, nos últimos anos, de um sistema de governança local envolvendo diferentes agentes, a exemplo de órgãos públicos estaduais e federais, instituições de pesquisa, organizações governamentais e não governamentais, associações e sindicatos locais, dentre outros atores sociais organizados.

## Referências

- Arruda, R. S. V. Populações tradicionais e a proteção dos recursos naturais em unidades de conservação. *Ambiente & Sociedade*, II, 79-93, 1999.
- Borba, J.; Luchmann, L. H. A representação política nos conselhos gestores de políticas públicas. *Revista Brasileira de Gestão Urbana*, 2(2), 229-246, 2010.
- Brasil. *Decreto de 21 de setembro de 1999*. Disponível em: <<http://www.icmbio.gov.br/brasil/BA/flona-contendas-do-sincora/downloads/decreto-de-21-de-setembro-de-1990>>.
- Brasil. *Lei Federal nº 9.985/2000*. Dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC). Brasília: Lex, 2000. Disponível em: <<http://www.presidencia.gov.br/legislacao/>>.
- Brasil. *Decreto nº 4.339/2002*. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/civil\\_03/Leis/L4339.htm](http://www.planalto.gov.br/civil_03/Leis/L4339.htm)>.
- Brasil. *Gestão Participativa do SNUC*. Brasília: Ministério do Meio Ambiente/Secretaria de Biodiversidade e Florestas/Diretoria do Programa Nacional de Áreas Protegidas/Programa Áreas Protegidas da Amazônia, 2004. p. 206.
- Brasil. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA). *Portaria nº 46, de 11/07/2005*. Conselho Consultivo da Floresta Nacional Contendas do Sincorá/BA. 2005.
- Brasil. *Plano de Manejo da Floresta Nacional Contendas do Sincorá*. Informações Gerais sobre a Floresta. Brasília: MMA; IBAMA, 2006. v. 1.
- Brasil. *Lei nº 11.516/2007*. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/lei/11516.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/11516.htm)>.
- Brasil. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBIO). *Portaria nº 83, de 14.10.2011*.
- Brundtland. *Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento: o nosso futuro comum*. Nova Iorque: Universidade de Oxford, 1987. Disponível em: <<http://eubios.info/BetCD/Bt14.doc>>.
- Camargo, A. Governança para o século 21. In: Trigueiro, A. (Org.). *Meio Ambiente no século 21: 21 especialistas falam da questão ambiental em suas áreas de conhecimento*. 5. ed. São Paulo: Autores Associados, 2008. p.308-321.
- Carregosa, E. A.; Silva, S. L. C.; Kunhavalik, J. P. Sociedade, natureza e desenvolvimento: uma relação em construção. *Enciclopédia Biosfera*, 10(18), 3986-4004, 2014.
- Casteletti, C. H. M.; Silva, J. M. C.; Tabarelli, M.; Santos, A. M. M. Quanto ainda resta da caatinga? Uma estimativa preliminar. In: Silva, J. M. C. (Org.). *Biodiversidade da caatinga: áreas e ações prioritárias para a conservação*. Brasília: Ministério do Meio Ambiente/Universidade Federal de Pernambuco, 2003.
- Diegues, A. C. *Sociedades e comunidades sustentáveis*. São Paulo: USP/NUPAUB, 2003. Disponível em: <[www.usp.br/nupaub/comsust1.pdf](http://www.usp.br/nupaub/comsust1.pdf)>.
- Duque, G.; Mello, A. C. P. de; Araújo, M. G. B. de. Ação coletiva e desenvolvimento sustentável. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, 25, 109-116, 2012.
- Frey, C. Governança interativa: uma concepção para compreender a gestão pública participativa? *Política & Sociedade*, 5, 117-136, 2004.

- 
- Gil, A. C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- Gohn, M. da G. Empoderamento e participação da comunidade em políticas sociais. *Revista Saúde e Sociedade*, 13(2), 20-31, 2004.
- Gohn, M. da G. *Conselhos gestores e participação sociopolítica*. São Paulo: Cortez, 2007.
- IUCN. Plano de Ação de Bali. In: *Anais do 3º Congresso Mundial de Parques*, 1982. Bali, Indonésia, 2006.
- Jacobi, P. Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade. *Cadernos de Pesquisa*, 118, 189-205, 2003.
- Kritsch, R. Esfera pública e sociedade civil na teoria política habermasiana: considerações histórico-conceituais introdutórias. *Revista Brasileira de Ciência Política*, 3, 317-342, 2010.
- Leal, I. R.; Tabarelli, M.; Silva, J. M. C. (Org.). *Ecologia e conservação da Caatinga*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2003.
- Loureiro, C. F. B. (Org.). *Educação ambiental e gestão participativa em unidade de conservação*. 3. ed. Rio de Janeiro: IBAMA/NEA, 2008.
- Ludke, M.; André, M. E. *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. São Paulo: EPU, 1986.
- McCormick, J. *Rumo ao paraíso: a história do movimento ambientalista*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1992. 224p.
- Medeiros, R.; Young, C. E. F. *Contribuições das unidades de conservação brasileiras para a economia nacional: Relatório Final*, 2011. Brasília: UNEP, 2011. 120p.
- Ribeiro, W. C. O Brasil e a Rio+10. *Revista do Departamento de Geografia*, 15, 37-44, 2002.
- Salin, T. C.; Ferreira, R. L. C.; Albuquerque, S. F.; Silva, J. A.; Junior, F. T. A. Caracterização de sistemas agrícolas produtivos no semiárido brasileiro como bases para um planejamento agroflorestal. *Revista Caatinga*, 25(2), 109-118, 2012. Disponível em: <<http://200.137.6.4/revistas/index.php/sistema/article/view/2151/pdf>>.
- Santos, B. S. Reinventar a democracia: entre o pré-contratualismo e o pós-contratualismo. In: Heller, A. et al. *A crise dos paradigmas em ciências sociais e os desafios para o século XXI*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1999.
- Santos, M. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. 6 ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- Teixeira, C. O. Desenvolvimento sustentável em unidades de conservação: a “naturalização” do social. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 20(59), 52-66, 2005.
- Viana, V. M. Envolvimento sustentável e conservação das florestas brasileiras. *Ambiente & Sociedade*, 5, 1999.